



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE PAUDALHO**
CASA PERPETUA JURE DE GLÓRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 014/2024 - CÂMARA DE VEREADORES

CONTRATO Nº 014/2024.

**CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE FAZEM ENTRE SI A
CÂMARA DE VEREADORES DE PAUDALHO E A MARIA
JOSE DE ALMEIDA VASCONCELOS MAGAZINE.**

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO, Estado de Pernambuco, com sede à RUA JOÃO ALFREDO, 100 – CENTRO – PAUDALHO - PE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.860.181/0001-38, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Ilmo. Presidente, o Sr. HERISTOW ROUNYELY ARAGÃO VIEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F/M.F. nº 070.732.714-85, RG 6.834.024 SDS/PE e do outro lado a empresa MARIA JOSE DE ALMEIDA VASCONCELOS MAGAZINE, INSCRITA NO CNPJ: 20.060.197/0001-61, estabelecida na Praça João Batista, 80, Centro, Aliança/PE, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Maria José de Almeida Vasconcelos, CPF: 234.439.604-72, brasileira, portador do RG nº 3.485.680 SDS/PE, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 014/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene para atender as necessidades da câmara municipal de Paudalho/PE.

1.2. Este contrato vincula-se ao Termo de Referência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste CONTRATO é aquele fixado no Termo de Referência, com **início na data de 06/03/2024 e encerramento em 31/12/2024.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QUANT.	VL UNIT.	VL TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, COR INCOLOR, APLICAÇÃO LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, TIPO CO MUM.	BRILUX	UND.	320	R\$ 2,19	R\$ 700,80

Rua João Alfredo, 100 – centro - 55.825-000 – PAUDALHO – PERNAMBUCO
E-mail: contato@paudalho.pe.leg.br
Fone (81) 3636-1306



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE PAUDALHO**
CASA PONTIFÍCIA LUAR DE JESUSINA

2	ÁLCOOL LÍQUIDO 46º INPM NEUTRO, FRASCO 500ML.	SULMAR	UND.	50	R\$ 6,29	R\$ 314,50
3	BALDE PLÁSTICO CAPACIDADE 20 L COM ALÇA DE METAL.	BRILHUS	UND.	10	R\$ 14,90	R\$ 149,00
4	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 180ML PACOTE C/ 100 UND.	MARATÁ	PCT.	600	R\$ 7,25	R\$ 4.350,00
5	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ 50ML PACOTE C/ 100 UND.	MARATÁ	PCT.	300	R\$ 5,90	R\$ 1.770,00
6	ESPONJA DE LIMPEZA MULTIUSO DUPLA FACE DE 110C X 70L X A20 MM.	ESFREBOM	UND.	60	R\$ 2,29	R\$ 137,40
7	CESTO LIXO - CESTO PARA LIXO TELADO CAPACIDADE DE 10 L.	BRILHUS	UND.	10	R\$ 18,99	R\$ 189,90
8	DESINFETANTE: LÍQUIDO. APLICAÇÃO: FUNGICIDA E BACTERICIDA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO CONCENTRADO PERMITINDO DILUIÇÃO DE 1:5 ATÉ 01H30MIN, AROMA: LAVANDA. UNIDADE DE MEDIDA: FRASCO COM 02 LITROS.	YPÊ	UND.	80	R\$ 9,90	R\$ 792,00
9	DESODORIZADOR, APRESENTAÇÃO AEROSOL, APLICAÇÃO AROMATIZADOR AMBIENTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AÇÃO NEUTRALIZANTE.	BOM AR	UND.	24	R\$ 20,89	R\$ 501,36
10	PASTILHA DESODORIZADORA ADESIVA E LIMPADORA SANITÁRIA LAVANDA/CITRUS CAIXA COM 3 UNIDADE.	PATO	UND.	50	R\$ 7,49	R\$ 374,50
11	LIMPA VIDRO E ESPELHOS, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO, FRASCO C/ 500ML.	VEJA	UND.	20	R\$ 8,49	R\$ 169,80
12	DETERGENTE - DETERGENTE DE PRATO LIQUIDO 500ML.	LIMPOL	UND.	140	R\$ 2,39	R\$ 334,60
13	FLANELA, MATERIAL 100% ALGODÃO, TAMANHO PEQUENO. DIMENSÕES APROXIMADAS 40X30CM(CXL).	PANO SUL	UND.	12	R\$ 7,99	R\$ 95,88
14	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR PLÁSTICO, MATERIAL CABO METAL REVESTIDO COMPLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO 60 CM, COMPRIMENTO 25 CM, LARGURA 20 CM, MODELO SEMTAMPA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO E COLETOR EM ÂNGULO DE 90.	NOVIÇA	UND.	10	R\$ 14,15	R\$ 141,50



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE PAUDALHO**

1999

15	PANO LIMPEZA MULTIUSO, COMPOSIÇÃO: 100 % FIBRAS VISCOSE, LÁTEX SINTÉTICO, CORANTE BACTERIOSTÁTICO, FRAGRÂNCIA., TRATAMENTO: ANTIBACTERIANO, COR: AZUL, FORNECIMENTO: PACOTE COM 5 UNIDADES.	FLASH LIMP	UND.	5	R\$ 6,99	R\$ 34,95
16	PANO PARA LIMPEZA DE CHÃO TIPO SACARIA 70 X 50 CM, COR BRANCA	PANO SUL	UND.	24	R\$ 6,49	R\$ 155,76
17	PANO PRATO, MATERIAL ALGODÃO CRÚ, COMPRIMENTO 70 CM, LARGURA 50 CM, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABSORVENTE/LAVÁVEL E DURÁVEL.	SANTA MARGARIDA	UND.	24	R\$ 9,99	R\$ 239,76
18	PAPEL TOALHA C/2 MULTIUSO BOBINADO BRANCO 22 X 19 CM C/60 TOALHAS.	SCALA	UND.	240	R\$ 5,19	R\$ 1.245,60
19	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 10 CM, TIPO PICOTADO, QUANTIDADE FOLHAS DUPLA, COR BRANCA, PACOTE COM 4 UNIDADES.	PERSONAL	UND.	800	R\$ 6,99	R\$ 5.592,00
20	RODO, MATERIAL CABO MADEIRA, MATERIAL SUPORTE PLÁSTICO, COMPRIMENTO SUPORTE 30CM, BORRACHA	NOVIÇA	UND.	10	R\$ 17,89	R\$ 178,90
21	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 100 L, COR PRETA, APRESENTAÇÃO PEÇA ÚNICA, LARGURA 80 CM, ALTURA 100 CM.	IGUAL	PCT	200	R\$ 29,89	R\$ 5.978,00
22	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 50 L, COR PRETA, LARGURA 63 CM, ALTURA 80 CM.	IGUAL	PCT	200	R\$ 16,90	R\$ 3.380,00
23	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO - LUSTRA MÓVEL COM CERA DE CARNAÚBA, FRASCO COM 200ML, CX. COM 24 UNIDADES.	POLIFLOR	CX	2	R\$ 189,90	R\$ 379,80
24	VASSOURA NYLON COM CABO PARA LIMPEZA DE PISOS DIVERSOS, CORREDORES E PÁTIOS EM GERAL. CERDAS EM LEQUE, MACIAS DE NYLON, BASE EM POLIPROPILENO, FIXAÇÃO DO CABO COM SISTEMA DE ROSCA. MEDIDA APROXIMADA DO CABO: 120 CM. MEDIDA APROXIMADA DA VASSOURA: 31X19X6CM. MARCA DE REFERÊNCIA: BETTANIN	NOVIÇA	UND.	12	R\$ 8,89	R\$ 106,68

3.1. O valor do presente CONTRATO é de **R\$ 27.312,69 (vinte e sete mil, trezentos e doze reais e sessenta e nove centavos).**

Rua João Alfredo, 100 – centro - 55.825-000 – PAUDALHO – PERNAMBUCO

E-mail: contato@paudalho.pe.leg.br

Fone (81) 3636-1306



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE PAUDALHO**
CASA PORTUÁRIA JOÃO DE OLIVEIRA

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste CONTRATO estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

01 — PODER LEGISLATIVO

01 01 00 — CORPO DELIBERATIVO DA SECRETARIA

3.3.90.30.22 — MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

01.031.0101.2002.0000 — MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do CONTRATO.

5.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE PAUDALHO**

CASA PORTUÁRIA JOÃO DE GUEDES

notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do CONTRATO, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.10.1. Será rescindido a CONTRATO em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.10.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(TX / 100)}{100}$$

Rua João Alfredo, 100 – centro - 55.825-000 – PAUDALHO – PERNAMBUCO

E-mail: contato@paudalho.pe.leg.br

Fone (81) 3636-1306



365

TX = Percentual da taxa anual = Taxa **SELIC** vigente no momento da apuração;

6. CLÁUSULA SEXTA- REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a Este CONTRATO.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os prazo e condições para entrega/execução do objeto do presente instrumento são aqueles constantes no Termo de Referência e na proposta.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao presente instrumento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE PAUDALHO**
CASA PORTUENSE JOÃO DE SALES

11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 11.1 do Termo de Referência.

11.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

11.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

11.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE PAUDALHO**
CASA PARLAMENTAR JOÃO DE OLIVEIRA

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

12.1. A presente CONTRATO poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, conforme inciso II do art. 104 2021, nas



causas previstas no art. 137, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

12.1.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial, os termos do art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

Art. 138. A extinção do CONTRATO poderá ser:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este CONTRATO para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.



15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

16.1. O acompanhamento/Gestão e fiscalização da presente CONTRATO será realizado por servidor devidamente indicado pela secretaria contratante, por meio de instrumento próprio, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução da presente CONTRATO.

16.2. Caberá ao gestor do CONTRATO:

16.2.1. Organizar os custos e prazos desse mesmo CONTRATO; Executar de forma mais econômica e;

16.2.2. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar o processo administrativo à unidade de contratos, com a solicitação de prorrogação;

16.2.3. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do CONTRATO não seja ultrapassado;

16.3. Caberá ao fiscal do CONTRATO:

16.3.1. Verificar se a execução do objeto do CONTRATO está ocorrendo conforme as normas e procedimentos previstos no contrato;

16.3.2. Está incumbido o fiscal do CONTRATO ao devido acompanhamento cotidiano da execução do CONTRATO, cabendo-lhe verificar o cumprimento dos prazos e de outras condições estabelecidas pelas obrigações assumidas entre contratante e contratado, para que a Administração se certifique que está sendo executado o que efetivamente fora pactuado;

16.3.3. Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

16.3.4. Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

16.3.5. Receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

16.3.6. Comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

16.3.7. Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas a CONTRATO sob sua responsabilidade;



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE PAUDALHO**
CASA PARLAMENTAR LOCAL DE LEGISLAÇÃO

16.3.8. Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

16.3.9. Comunicar à unidade competente eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

16.3.10. Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na CONTRATO;

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. É eleito o Foro da comarca de Paudalho - PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste CONTRATO que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 138 da Lei nº 14.133/2021.


Para firmeza e validade do pactuado, a presente CONTRATO foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

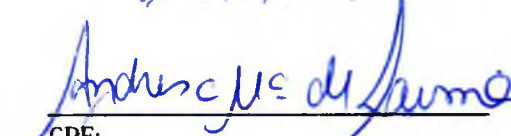
PAUDALHO, 06 de MARÇO de 2024


CÂMARA DE VEREADORES DE PAUDALHO
HERISTOW ROUNYELY ARAGÃO VIEIRA
P/ CONTRATANTE


MARIA JOSE DE ALMEIDA VASCONCELOS
MAGAZINE
CNPJ Nº 20.060.197/0001-61
- CONTRATADA -

Testemunha:


CPF: 165.46.979-65


CPF: 882304904-06

Rua João Alfredo, 100 – centro - 55.825-000 – PAUDALHO – PERNAMBUCO
E-mail: contato@paudalho.pe.leg.br
Fone (81) 3636-1306